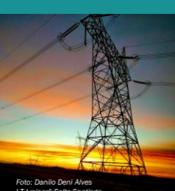


APRESENTAÇÃO



Em Setembro de 2021, a CGT Eletrosul realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações que totalizaram R\$400 milhões dividida em duas séries, sendo a 1ª série referente à emissão do primeiro título verde (green bond) das Empresas Eletrobras.



O tema está associado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Pacto Global da ONU, especialmente os ODS 7, energia acessível e limpa, e 13, ação contra a mudança global do clima



A CGT Eletrosul segue as diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, aplicadas em conformidade com as demandas políticas e sociais, e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção do Clima, a Agenda 21 e o Acordo de Paris. Para tanto, compromete-se em implantar e manter seus ativos operacionais em observância às legislações ambientais e em respeito às populações abrangidas pelos seus empreendimentos. Há cinco políticas que permeiam a gestão do tema: Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, Política Ambiental das Empresas Eletrobras, Política de Patrocínio das Empresas Eletrobras, Política de Responsabilidade Social e Política de Comunicação e Engajamento com Públicos de Relacionamento das Empresas Eletrobras.



R\$ 185 Milhões
1ª série incentivada

IPCA+ 5,3455%
Prazo de 8 anos com amortização bullet

Investimento em Reforços e melhorias de transmissão
Enquadrados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia

É alinhada a esses objetivos que a empresa vem atuando comprometida em expandir sua matriz de geração de energia renovável e o sistema de transmissão. O presente relatório tem como objetivo demonstrar a utilização dos recursos captados por meio da emissão de títulos verdes, assegurando maior transparência aos investidores quanto à alocação e destinação de recursos captados através do instrumento de financiamento verde.

CGT Eletrosul

Na condução de seus negócios, a CGT Eletrosul realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades. A empresa também atua na área de comercialização de energia elétrica.



Perfil da Companhia



Atua em quatro estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e por meio de SPEs em Rondônia e na divisa entre Mato Grosso e Pará.



2 mil MV de potência instalada*
7 hidrelétricas**
1 termelétrica
1 complexo eólico**
1 usina solar
12 mil km de linhas de transmissão
45 subestações próprias
1 conversora de frequência
28 mil MVA de capacidade de transformação
Opera cerca de 10% do sistema de transmissão do País.

* proporção equivalente à participação
** empreendimentos próprios e em parceria.



Green Bonds

As debêntures verdes, ou *Green Bonds*, são uma forma de captação de recursos para implementação de projetos que gerem impactos positivos em aspectos socioambientais baseado nos *Green Bond Principles*, que apresentam diretrizes de caráter voluntário e têm quatro componentes principais: (i) uso dos recursos, (ii) processo de avaliação e seleção de projetos, (iii) gestão dos recursos e (iv) divulgação de relatórios.

Com o compromisso de agregar cada vez mais valor sustentável ao negócio, em Fevereiro de 2022, a CGT Eletrosul aderiu à Plataforma de Transparência de Títulos Verdes (*Green Bond Transparency Platform - GBTP*), desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a divulgação de informações de forma padronizada acerca do uso dos recursos, impactos, metodologias e padrões empregados nas emissões dos títulos verdes.

PROJETOS



Aspectos Financeiros e Ambientais

R\$196,27 Milhões

Investimento total Estimado

R\$185 Milhões

Valor Financiado pela 3ª Emissão de Debêntures

R\$11,27 Milhões

Capital Próprio

R\$124,09 Milhões

Investido até 31/12/2021

R\$71,83 Milhões

Investimento a Realizar



Foto: acervo CGT Eletrosul SE Farroupilha

Projeto	Portaria MME ¹	REA ANEEL	Valor do Investimento	Total Investido até 31/12/2021	% Já alocado no projeto	Licenciamento Ambiental ²
			Em R\$ (Milhões)			
1	Nº 389/2020 [Projeto 7]	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152/2018 de 09/07/2018	34,48	33,40	97%	LO 07458/2020
2	Nº 389/2020 [Projeto 5]	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.576/2019 de 30/01/2019	50,18	46,17	92%	Ofício nº 193/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC Ofício nº 63/2020/DILIC
3	Nº 389/2020 [Projeto 4]	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.529/2018 de 28/12/2018	45,21	39,76	88%	OFÍCIO Nº 680/2020/CGLIN/DILIC Ofício nº 161/2019/CODUT/CGLIN/DILIC
4	Nº 389/2020 [Projeto 8]	CCT Nº 40003881	1,34	1,34	100%	LO 07458/2020
5	Nº 850/2021 [Projeto 1]	CCT Nº 1013150004	4,73	1,03	22%	LPIA 00252/2021
6	Nº 850/2021 [Projeto 2]	CCT Nº 40004833	2,74	0,52	19%	LPIA 00251/2021
7	Nº 850/2021 [Projeto 3]	CCT Nº 40005867	2,74	0,37	13%	OFÍCIO Nº 299/2021/CODUT/CGLIN/DILIC
8	Nº 850/2021 [Projeto 4]	Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.655/2021 de 04/02/2021	25,35	0,34	1%	Aguardando início do processo de licenciamento
9	Nº 850/2021 [Projeto 5]	Despacho ANEEL 1425/2021 de 14/05/2021	29,49	1,16	4%	Não se aplica
Total			196,27	124,09	63%	

¹Portarias de Projetos Prioritários referente a Obras de Ampliação/Reforços de Transmissão de Energia Elétrica, do SIN (Sistema Interligado Nacional), emitida pelo MME (Ministério de Minas e Energia) da República Federativa do Brasil, para autorização da emissão de Debêntures Incentivadas.

²Não ocorreram registros de controvérsias socioambientais para os empreendimentos em questão, assim como não foi indicada a necessidade no licenciamento para supressão da vegetação.



Benefícios socioeconômicos dos investimentos:

Os investimentos consistem em obras autorizadas pela ANEEL, consideradas prioritárias pelo MME, relacionadas à ampliações e reforços em Subestações e Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, as quais são interligadas ao SIN (Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica).

As referidas obras estão localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, e abrangem os municípios abaixo relacionados, beneficiando suas respectivas populações (IBGE, 2020):

RS

Missões: 7.683 habitantes;
Caxias: 517.451 habitantes;
Farroupilha: 73.061 habitantes;
Ijuí: 83.764 habitantes;
Gravataí: 283.620 habitantes;
Nova Petrópolis: 21.536 habitantes.

Total: 987.115 habitantes

SC

Siderópolis: 14.092 habitantes;
Blumenau: 361.855 habitantes;
Joinville: 597.658 habitantes;
Anastácio: 25.237 habitantes;
Biguaçu: 69.486 habitantes;
Itajaí: 223.112 habitantes;
Florianópolis: 506.826 habitantes.

Total: 1.798.266 habitantes

MUNICÍPIOS BENEFICIADOS

PR

Curitiba: 1.948.626 habitantes;
Londrina: 575.377 habitantes;

Total: 2.524.003 habitantes

MS

Dourados: 225.495 habitantes.

Total 225.495 habitantes

- Geração adicional de 512 empregos diretos e 332 indiretos;
- Receita Anual Permitida dos Empreendimentos do valor estimado de R\$ 27.385.627,84;
- Estimativa de Impostos Diretos da Atividade de Transmissão de Energia Elétrica (Anuais): R\$ 9.050.950,00
- Estimativa de Impostos Indiretos Incidentes sobre a Atividade de transmissão (Anuais): R\$ 6.846.406,96
- Estímulo a geração de empregos e renda no segmento da atividade industrial e comercial.

Apresentamos o detalhamento dos benefícios socioeconômicos gerados com a implantação dos projetos objetos do *Green Bond*, informando o valor agregado para CGT Eletrosul por meio de Receita Anual Permitida (quando já homologado pela ANEEL), geração de empregos diretos e indiretos, e como as obras contribuem para dar confiabilidade e segurança na estabilidade do sistema elétrico brasileiro.

O aumento da participação de energias renováveis, que são por natureza intermitentes, depende da expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), que por sua vez envolve obras de ampliações e reforços, objetivando a redução de perdas e congestionamentos, bem como a garantia de escoamento e a segurança energética.



Projeto 1 - Empreendimentos SE Londrina – Ampliação “M” e SE Ijuí 2 – Ampliação “A”, Reforços autorizados na Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152/2018 de 09/07/2018.

SE Londrina – Ampliação M: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 7.529.196,81, e durante o período de implantação foi possível gerar 148 empregos diretos e 96 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial em 28/06/2020 tornou possível evitar sobretensões na rede elétrica de 525 kV na SE Londrina e no tronco de 765 kV que parte de Itaipu até São Paulo, no período noturno. Sem estas obras vinham ocorrendo aberturas de linhas de transmissão, o que é indesejável devido ao desgaste prematuro dos equipamentos.

SE Ijuí 2 – Ampliação “A”: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 1.604.178,53, e durante o período de implantação foi possível gerar 37 empregos diretos e 24 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial em 05/12/2020 ampliou-se a capacidade de transmissão de energia elétrica em 83 MVA, dando maior segurança e confiabilidade no sistema de transmissão.



Projeto 2 - Seccionamento da LT 230 kV Assis - Londrina Eletrosul na Subestação Londrina COPEL, e Subestação Joinville – Ampliação “L”, Reforços autorizados na Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.576/2019 de 30/01/2019.

Seccionamento da LT 230 kV Assis – Londrina: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 1.962.089,26, e no decorrer da implantação do empreendimento foram criados 38 empregos diretos e 24 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial em 14/12/2020 contribuiu-se para evitar subtensão na rede elétrica de 230 kV da SE Londrina, e conseqüentemente corte de carga na região, durante o período diurno, caso ocorresse o desligamento da LT 230 kV Londrina - Londrina.

SE Joinville – Ampliação “L”: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 5.775.974,63, e no decorrer da implantação empreendimento foram criados 79 empregos diretos e 51 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial ocorreu em 28/01/2022 amplia-se a capacidade de transmissão de energia elétrica em 208 MVA, dando maior segurança e confiabilidade no sistema de transmissão de energia elétrica na região.



Projeto 3 - Subestação Desterro – Ampliação “B”, Subestação Palhoça – Ampliação “I” e Subestação Palhoça – Ampliação “J”, Reforços autorizados na Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.529/2018 de 28/12/2018.

Subestação Desterro – Ampliação “B”: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 2.726.959,310, e no decorrer da implantação do empreendimento foram criados 53 empregos diretos e 35 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial em 23/12/2020 evita-se as sobretensões na rede elétrica no período noturno, decorrente da implantação dos dois novos circuitos de 230 kV que partem da SE Biguaçu (continente) até a nova SE Ratonos (ilha de Santa Catarina), propiciando flexibilidade operativa para controle de tensão no sistema que atende a região Metropolitana de Florianópolis.

SE Palhoça – Ampliação “I”: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 1.410.836,10, e no decorrer da implantação do empreendimento foram criados 19 empregos diretos e 12 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial em 28/07/2021 ampliou-se a capacidade de transmissão de energia elétrica em 66 MVA, dando maior segurança e confiabilidade no sistema de transmissão de energia elétrica na região.

SE Palhoça – Ampliação “J”: a Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 3.220.068,85, e no decorrer da implantação do empreendimento foram criados 43 empregos diretos e 28 indiretos. Com a entrega do empreendimento para operação comercial em 15/12/2021 ampliou-se a capacidade de transmissão de energia elétrica em 150 MVA, dando maior segurança e confiabilidade no sistema de transmissão de energia elétrica na região.



Projetos 4 Subestação Ijuí 2 – Ampliação “B”, objeto do CCT nº 40003881.

Este empreendimento proporciona maior confiabilidade e estabilidade para a rede elétrica, permitindo melhor atendimento às cargas e o escoamento da geração das fontes renováveis – solar, eólicas e pequenas centrais hidrelétricas. Trata-se da implantação de um novo módulo de conexão 69 kV na SE Ijuí 2. A obra, em conjunto com a linha 69 kV Ijuí 2 - Ceriluz 3, permitiu que a permissionária CERILUZ migrasse o suprimento do seu mercado cativo da rede de distribuição da RGE Sul para a Rede Básica, além de permitir o acesso da PCH Sede II na SE Ceriluz 3.



Projeto 5 - Subestação Caxias 6 – Ampliação “B”, objeto do CCT nº 1013150004

Este empreendimento viabilizará a implantação da LT 69 kV Caxias 7 – Caxias 6. A estimativa de geração de empregos direto e indiretos são 14 e 9, respectivamente, e a sua energização está prevista para 24/09/2022. Trata-se da implantação de 2 novos módulos de conexão 69 kV na SE Caxias 6. A obras visam melhorar o atendimento das cargas na região de Caxias do Sul, reduzindo o carregamento das SEs Caxias 1, Caxias 2 e Caxias 3.



Projeto 6 - Subestação Missões – Ampliação “D”, objeto do CCT nº 40004833 .

Este empreendimento viabilizará a implantação da LT 69 kV Caxias São Luiz Gonzaga – Missões, C2, pertencente à RGE Sul. A estimativa de geração de empregos direto e indiretos são 9 e 6, respectivamente e a sua energização está prevista para 08/12/2022. Trata-se da implantação de um novo módulo de conexão 69 kV na SE Missões. As obras aumentam a confiabilidade do atendimento das cargas da SE São Luiz Gonzaga, ao evitar corte de carga caso ocorra o desligamento do único circuito 69 kV que atende a subestação.



Projeto 7 - Subestação Siderópolis – Ampliação “N”, o objeto do CCT nº 40005867

Este empreendimento viabilizará a implantação da LT 69 kV Cocal do Sul – Siderópolis, pertencente à COOPERCOCAL. A estimativa de geração de empregos direto e indiretos são 14 e 9, respectivamente e a sua energização está prevista para 16/03/2023. Trata-se da implantação de um novo módulo de conexão 69 kV na SE Siderópolis. As obras permitirão que a permissionária COOPERCOCAL migre o suprimento do seu mercado cativo da rede de distribuição da CELESC para a Rede Básica.



Projeto 8 - Recapitação da Linha de Transmissão 230 kV Blumenau - Joinville Norte, Recapitação da Linha de Transmissão 230 kV Blumenau – Joinville e Recapitação da Linha de Transmissão 230 kV Joinville - Joinville Norte, Reforços autorizados na Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.655/2021 de 04/02/2021.

Recapitações de Linhas: a soma da Receita Anual Permitida dada pela remuneração do investimento é de R\$ 3.156.324,35, e a estimativa de geração de empregos é de 51 empregos diretos e 34 empregos indiretos. A previsão de conclusão dos empreendimentos são respectivamente, 04/02/2024, 04/08/2023 e 04/02/2023.

As obras têm o objetivo de evitar sobrecargas em trechos das LTs 230 kV existentes na região de Joinville, com riscos de corte de carga durante o dia.



Projeto 9 - Reforços de pequeno porte em várias instalações pertencentes ao Sistema de Transmissão CGT Eletrosul, autorizados no Despacho ANEEL Nº 1.425 de 24/05/2021.

Os reforços permitirão o aumento da capacidade de transmissão e a confiabilidade do SIN, oferecendo maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, e nos processos de recomposição do sistema em caso de falhas. As obras contribuem para a modernização tecnológica das instalações de transmissão, sempre em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e com os procedimentos de rede do ONS.

CONCLUSÃO

O presente relatório demonstra a alocação dos recursos captados por meio da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul até a data de 31/12/2021, nos respectivos projetos autorizados pela Portaria MME Nº 389/2020, de 27 de outubro de 2020 e Portaria MME nº 850 - SPE/MME 2021, de 20 agosto de 2021, utilizadas como lastro da referida emissão.

Os projetos objetos da 1ª série da 3ª emissão da CGT Eletrosul propiciam maior confiabilidade e segurança da transmissão de energia elétrica para a região dos municípios das áreas abrangidas, além do incremento da atividade econômica, com a geração de emprego e renda, e conseqüentemente relevantes benefícios econômicos e sociais. Destaca-se que para a realização das obras foram obtidas as devidas licenças, não houve a necessidade de autorização para supressão de vegetação, e não ocorreram registros de controvérsias socioambientais.

Maiores informações sobre a Jornada EESG da CGT Eletrosul podem ser encontradas no relatório de Sustentabilidade Anual no site da companhia.

www.cgteletrosul.gov.br

